



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/12/2014 - Sinttel-ES

# O novo Congresso Nacional e os desafios para o movimento sindical 2015-2019

Segue abaixo uma radiografia do Novo Congresso Nacional, mandato 2015-2019, elaborado pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). O material nos é apresentado por Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional, e Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da CUT Nacional.

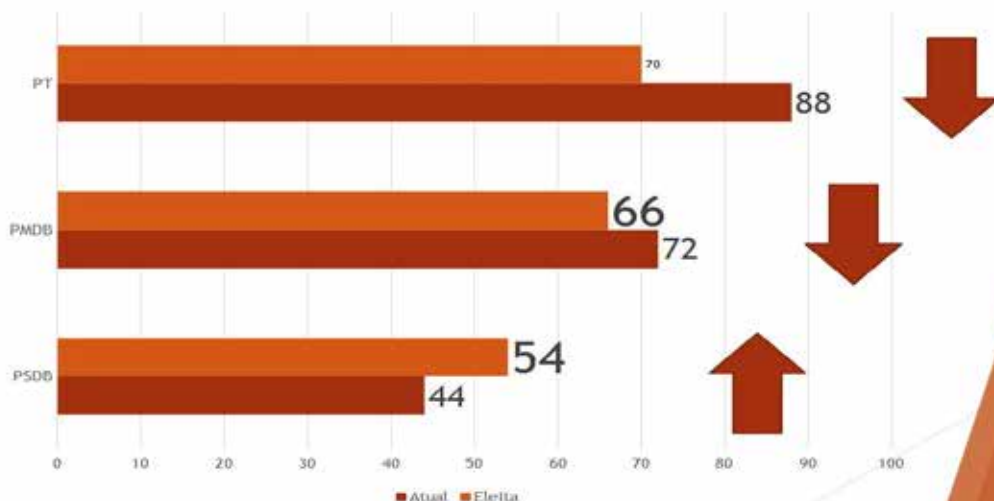
## O novo Congresso Nacional e os desafios para o movimento sindical

2015 a 2019

Secretaria de Relações de Trabalho  
Maria das Graças Costa  
Pedro Armengol



### Maiores bancadas eleitas para a Câmara





## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

### Partidos com representação no Senado Federal

Bancada do Senado Federal por Partido			
Partido	Bancada atual	Bancada a partir de 2015	Evolução da bancada
PMDB	20	19	-1
PT	14	13	-1
PSDB	12	10	-2
PSB	4	7	3
PDT	5	6	1
PP	5	5	0
DEM	4	5	1
PSD	1	3	2
PR	3	3	0
PTB	6	3	-3
PCdoB	2	1	-1
Pros	1	1	0
PSol	1	1	0
SD	1	1	0
PRB	1	1	0
PSC	1	1	0
PPS*	0	1	1

### Partidos com representação na Câmara dos Deputados

Partido	Bancada eleita 2002	Bancada eleita 2006	Bancada eleita 2010	Bancada atual	Bancada eleita em 2014	Quem ganhou e quem perdeu	
PT	91	83	88	88	69	-18	-20,45%
PMDB	75	89	78	72	66	-5	-7,04%
PSDB	70	66	53	44	54	10	22,73%
PSD	0	0	0	45	37	-8	-17,78%
PP	49	41	41	40	37	-4	-10,00%
PR	32	25	42	32	34	2	6,25%
PSB		27	34	24	34	10	41,67%
PTB	26	23	21	18	25	7	38,89%
DEM	84	65	43	28	22	-6	-21,43%
PRB	0	1	8	10	21	11	110,00%
PDT	21	24	28	18	19	1	5,56%
SD	0	0	0	21	15	-7	-31,82%
PSC	1	9	17	12	12	0	0,00%
Pros	0	0	0	20	11	-9	-45,00%
PCdoB	12	13	15	15	10	-5	-33,33%
PFS	15	22	12	6	10	4	66,67%
PV	5	13	15	8	8	0	0,00%
PSOL	0	3	3	3	5	2	66,67%
PHS	0	2	2	0	5	5	*
PTH	0	0	0	0	4	4	*
PMN	1	3	4	3	3	0	0,00%
PRP	0	0	2	2	3	1	50,00%
PEN	0	0	0	1	2	1	100,00%
PTC	0	3	1	0	2	2	*
PSDC	1	0	0	0	2	2	*
PTdoB	0	1	3	3	1	-2	**
PRTB	0	0	2	0	1	1	*
PSL	0	0	0	0	1	1	*

Veja mais:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/o-novo-congresso-nacional-e-os-desafios-para-o-movimento-sindical-2015-2019/>



17/12/2014 - Teletime

## Ações da Oi despencam com ressalvas da PT à negociação com a Altice e possível renegociação

As ações preferenciais OIBR4 fecharam esta quarta-feira, 17, com queda de 9,62%, enquanto as ordinárias OIBR3 caíram 10,53%. Já as ações da PT na Euronext de Lisboa caíram 0,69%. Pela primeira vez, a cotação dos papéis da empresa chegaram a ficar abaixo de R\$ 1 no Brasil (as ADRs já estão valendo pouco mais de US\$0,30). Foram vários motivos para isso. Primeiro, a convocação para uma reunião de bondholders para o dia 26 de janeiro, quando a Oi deve propor o afrouxamento de alguns compromissos de indicadores assumidos com esses detentores de dívida da companhia. A expectativa é que a empresa comece também um processo de renegociação de seu endividamento, que mesmo com a venda dos ativos da Portugal Telecom para a Altice ainda permanecerá elevado.

Também complicou a situação da Oi a divulgação pela empresa de que o prazo para fechamento da venda dos ativos portugueses é o primeiro semestre de 2015, e os ativos africanos, a segunda metade do ano. O mercado esperava uma solução mais rápida.

Outro motivo foi o balde de água fria que veio da Europa. Na noite da terça, 16, o Conselho de Administração da Portugal Telecom emitiu comunicado aos acionistas na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) portuguesa no qual pondera a oferta da Altice pelos ativos da PT Portugal por 7,4 bilhões de euros. No documento, a administração vê com ressalvas a aprovação da transação, considerando fatores de risco e advertências que deverão ser analisados. Por conta disso, o mercado brasileiro reagiu de forma adversa.

O pessimismo no Brasil aconteceu porque a assembleia de acionistas, prevista para o próximo dia 12 de janeiro, decidirá se a transação da francesa com a Oi seguirá em frente, proporcionando assim a condição para que a operadora brasileira tenha capital para tentar uma movimentação de consolidação. Só que os portugueses podem não estar preparados para tanto. O documento da PT afirma que as negociações da Altice com a Oi "podem afetar de forma adversa ou significativa a situação financeira da Portugal Telecom e, em consequência, pro-

vocar uma diminuição do preço de mercado das ações ordinárias ou dos ADRs (American Depositary Receipt) da Portugal Telecom, conforme o caso".

Agrava ainda mais ao dizer que "não podem prever se o objetivo da Oi de participar na consolidação do setor de telecomunicações no Brasil, seja através de uma transação com a TIM seja por outro meio, trará os benefícios esperados pela Oi". O Conselho diz que não sabe se essa suposta consolidação traria realmente sinergias e, em especial, se o uso da quantia recebida pela Altice "fornecerá mais ou menos valor aos acionistas da Portugal Telecom do que os ativos da PT Portugal e o desempenho futuro do negócio da PT Portugal teriam fornecido". Segundo o documento, os benefícios operacionais esperados dependeriam do próprio desempenho da operadora, bem como condições de mercado, interesse de investidores, retenção de funcionários relevantes, da integração bem sucedida das empresas e das condições econômicas, políticas e empresariais no Brasil e em Portugal.

Outra queixa é a de que o valor de 7,4 bilhões de euros oferecido à Oi "pode não refletir adequadamente" o preço que seria real dos ativos da PT Portugal. No documento, a administração diz que "a Portugal Telecom e o seu Conselho de Administração não expressam qualquer opinião a respeito dessa avaliação e nem podem prever se a utilização pela Oi da contraprestação a ser recebida na alienação fará crescer qualquer valor aos acionistas da Portugal Telecom". Em outras palavras, os acionistas portugueses podem pressionar a Oi para exigir condições melhores da Altice na venda dos ativos em Portugal.

O Conselho da PT afirma também que a aprovação não mitiga os fatores de risco relacionados à implantação da fusão. Além disso, a administração alerta para a possibilidade de a CMVM autorizar que a Terra Peregrin, da empresária angolana Isabel dos Santos, revogue ou altere a oferta pública de ações (OPA) pela PT SGPS. Isso seria um caminho provável, já que ela já teria avisado que retiraria a OPA caso houvesse aprovação da venda da PT Portugal à Altice.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/12/2014 - Telesíntese

# Abert, Globo, Record, Algar, Claro, Tim e Vivo juntas no grupo para a migração da TV analógica

A formação do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED – que vai decidir todo o processo de migração das TVs analógicas para os canais digitais e limpeza da faixa de 700 MHz para o ingresso da banda larga 4G foi publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). Este grupo vai opinar sobre como deverá ser feita esta migração, a distribuição dos conversores de TV digital, antenas e filtros para a população de baixa renda, e as cidades onde poderá haver a antecipação do cronograma do switch off analógico.

A formação do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED – que vai decidir todo o processo de migração das TVs analógicas para os canais digitais e limpeza da faixa de 700 MHz para o ingresso da banda larga 4G foi publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). Este grupo vai opinar sobre como deverá ser feita esta migração, a distribuição dos conversores de TV digital, antenas e filtros para a população de baixa renda, e as cidades onde poderá haver a antecipação do cronograma do switch off analógico.

As operadoras de telecom têm defendido a necessidade de antecipar a limpeza da faixa na cidade do Rio de Janeiro, onde o ingresso da 4G está programado apenas para 2018, mas alegam a necessidade do espectro para as Olimpíadas 2016.

No grupo constituído pela Anatel – cujo co-

ordenador será o conselheiro Rodrigo Zerbone – a Rede Bandeirantes não ficou de fora, sendo representada pelo mesmo diretor da SET. Os mais importantes grupos empresariais de radiodifusão estão presentes, ao lado das operadoras que compraram a frequência de 700 MHz.

Compõem o Gired: Luiz Roberto Antonik, da Abert; Fernando Ferreira, da SET e Rede Bandeirantes; Líliliana Nakonechny, da TV Globo; André Felipe Trindade, da TV Record. Pela Telefônica/Vivo – Leila Loria; pela Claro- Oscar Petersen; pela TIM- Mario Girasole; pela Algar Telecom- Renato Pachoreli. Haverá ainda um titular da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que não foi indicado, devido às futuras mudanças ministeriais. Todos os indicados têm seus suplentes, que terão representação diferenciada, com representantes das TVs públicas, como EBC e TV Câmara na suplência.



17/12/2014 - Rede Brasil Atual

## IBGE: cai diferença de renda entre homens e mulheres; cresce escolaridade

Síntese de Indicadores Sociais demonstra avanços entre 2004 e 2013, situações de desigualdade ainda a serem superadas em questões como trabalho e renda de homens e mulheres e acesso a educação



O mercado de trabalho continua sendo um campo de desigualdade entre homens e mulheres – apesar das melhorias apresentadas por esses indicadores na última década, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) 2014, do IBGE. O estudo, divulgado hoje (17), apurou uma redução expressiva no nível de desocupação entre população feminina – de 11,5% em 2004 para 8,3% em 2013. Mas o índice entre as mulheres ainda é muito maior que entre os homens, que caiu de 6,6% para 4,6% no período. Na média geral, o nível de desocupação estava em 6,4% em 2013, apresentando redução superior a dois pontos percentuais em nove anos.

O rendimento médio dos homens em 2013 apresentou crescimento menor que o das mulheres em relação a 2004 (41,5% a 48,9%). Entretanto, os ganhos mensais apurados entre a população ocupada feminina ainda perdem feio para os da masculina: na média, R\$ 1.605 a R\$ 1.278, diferença de 43%.

Outro aspecto da desigualdade de gênero que evoluiu, sem ainda eliminar a situação de contraste, está na conjugação entre jornada de trabalho e afazeres domésticos. Entre as mulheres ocupadas de

16 anos ou mais, quase nove em cada dez (88%) realizavam afazeres domésticos, enquanto, entre os homens, esse percentual era inferior à metade (46%).

As mulheres tinham uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas semanais). Considerando a jornada no mercado de trabalho e aquela com a realização de afazeres domésticos, a jornada feminina semanal era de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à masculina.

### Escolaridade

A escolaridade média da população de 25 anos ou mais aumentou de 6,4 para 7,7 anos de estudo, segundo o SIS 2014. Entre os 20% de brasileiros dessa faixa etária com rendimento menor a melhora no indicador educacional foi mais significativa: esse segmento ampliou de 3,7 para 5,4 os seus anos de estudo.

A proporção de pessoas com 25 a 34 anos com ensino superior praticamente dobrou nesse intervalo de nove anos, passando de 8,1% para 15,2%. No mesmo período, aumentou também o acesso à faculdade dos estratos mais baixos de de renda. Em 2004, apenas 1,4% dos estudantes do ensino superior pertencentes aos 20% mais pobres frequentavam universidades públicas. Em 2013, essa proporção chegou a 7,2%.

No ensino fundamental, os estudantes de 13 a 16 anos de idade situados entre os 20% mais pobres possuíam em 2013 taxa de distorção idade-série 3,3 vezes maior do que a taxa dos 20% mais ricos. Em 2004, porém, a distância entre essas taxas para o 1º quinto e o 5º quinto contingente de renda era ainda maior (4,3 vezes).

17/12/2014 - CUT

## É mais barato tratar do que atacar causa da doença

No segundo dia da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, especialistas apontam porque Brasil ainda enxuga gelo na área de doenças trabalhistas



Mônica, Junéia e Negri durante mesa que discutiu os desafios da seguridade social e da reabilitação

O segundo dia da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em Brasília, foi de debates e trabalhos em grupo sobre 24 temas que tratavam desde as mortes no ambiente de trabalho até os impactos causados pela precarização das condições trabalhistas.

Em ao menos dois desses grupos, especialistas defenderam que o Brasil ainda mantém um modelo de compensação do dano causado ao invés de atacar o foco da doença. Essencialmente, por questões econômicas, conforme explicou o representante do Fórum Mundial da Saúde (FSMS), Armando de Negri, em uma das mesas de discussão.

“É muito mais barato manter o trabalhador na britadeira do que pensar em novas tecnologias, até porque o custeio do tratamento do dano causado será dividido com toda a sociedade”, apontou, lembrando ainda da enorme tolerância do país aos

trabalhadores expostos ao agrotóxico.

### Seguridade social para distribuir renda

Negri participou do debate coordenado pela secretária de Saúde da CUT, Juneia Batista, que tratou da proteção social e dos desafios da seguridade e da reabilitação.

Para ele, a sociedade brasileira não tem a compressão da seguridade social como direito humano e aspecto fundamental da cidadania. Entenda-se por seguridade o amplo espectro que engloba políticas de combate à miséria e de inclusão social, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida.

“Numa sociedade como a nossa, que tem origem discriminatória, escravocrata e violentamente reativa a qualquer projeto socializante, temos 75% de brasileiros que utilizam exclusivamente um sistema universal de saúde, mas mantemos um subsistema onde está a oligarquia operária e o funcionalismo público quase total: o seguro privado. Com isso, a proteção social amparada pelo texto constitucional, quando não está vinculada ao trabalho, incorpora a ideia hegemônica do pobre como vagabundo, inclusive por parte dos beneficiados”, disse.

Para ele, se não houver uma ideia clara de que a seguridade social é uma construção coletiva com aspiração solidária, não teremos novos critérios para discutir política econômica, reforma política, na democratização dos meios de comunicação e reformulação da política tributária que financia a seguridade. Conforme lembrou Negri, a tributação brasileira baseada essencialmente no consumo gera desigualdades, porque cidadãos com rendas diferentes pagam a mesma quantia por um mesmo produto.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

“ Por mais que o sistema econômico permita distribuir a riqueza pela apropriação do produzido por meio do salário, num país tão desigual como o nosso, o compromisso obrigatório de redistribuição de renda é da seguridade social. Fala-se em desoneração, mas Estado que não arrecada não consegue fazer políticas públicas. Por isso é um erro comparar Brasil a países com sistema de seguridade inferior. Porque aqueles que tem seguridade forte, tem também tributação semelhante”, ressaltou.

Muito dessa mudança depende da retomada da educação política que, na avaliação do coordenador do FSMS, foi abandonada pelos movimentos sindical e sociais. “ Não vamos nos enganar, o Estado e sociedade são conservadores e vão defender seus privilégios e por isso teremos pela frente anos de conflito político e ideológico.

### Longo processo de degradação

Ao tratar do retorno ao trabalho, a professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mônica de Lima, apontou que os obstáculos para a vítima de doença e acidente ocupacional não estão exclusivamente na Previdência.

“ Mais de 70% das pessoas em reabilitação no Brasil não consegue voltar em menos de 240 dias e isso incapacita permanentemente para o mercado, porque ela permanece por muito tempo fora. Nosso sistema cria a síndrome da incapacidade prolongada e temos que lidar com isso de uma forma técnica, inteligente e com integralidade de atenção que decidimos para esse sistema e não conseguimos operar”, pontuou.

Mônica lembrou que a demora não se resume ao tratamento, mas também à dificuldade em chegar à Previdência, depois em comprovar a dor ou as sequelas de um ambiente de trabalho degradante.

Esse cenário, ressalta, provoca a demora em procurar ajuda no sistema de saúde para uma incapacidade de trabalho que é construída durante ano e transforma um problema social em um drama individual. No centro desse cenário estão os peritos médicos, muito criticados pelos trabalhadores.

“ No mundo inteiro vivemos um momento de restrição de benefícios, seja no acesso a eles, seja por meio de medidas como aumento do tempo para a aposentadoria. O médico perito, por sua vez, é treinado e ideologicamente convencido a negar o

benefício para ‘salvar’ a Previdência.

E treinado para dizer que doença é questão física, deve ser medida e faz com que o trabalhador passe a vida tentando provar dor. Quando isso não ocorre, ouve que é psicológica e o que é psicológico é problema individual”, relatou.

### Outro modelo de desenvolvimento

Como Mônica e Negri, o professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Wanderlei Pignati, em discussão obre o desenvolvimento econômico e seus reflexos na saúde do trabalhador, afirmou que as normas de saúde do trabalhador e da trabalhadora devem estar voltada à visão de saúde coletiva e não de medicina.

“ O que vemos é o Estado atender o sequelado sem discutir o modo de produção.

Isso não é vigilância da saúde é vigilância da doença. Não é para discutir epidemiologia. Se continuarmos discutindo a saúde somente dentro do próprio segmento, vamos continuar com o mesmo status que temos agora”, criticou.

Para tratar do modelo de produção, ele focou o agronegócio, que representa um terço do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, recebe cada vez mais créditos em comparação à agricultura familiar e à agroecologia, mas investe na monocultura, especialmente da soja e da cana, inclusive na beira de córregos, e traz como resultado a escassez de água, como ocorre em São Paulo.

Pignati lembrou que no Mato Grosso há 3 milhões de habitantes e 30 milhões de cabeça de gado. Como consequência, afirmou, a preocupação com a vigilância da vacinação do boi e da qualidade da soja e do algodão é superior à vacinação infantil e à fiscalização das condições de trabalho de carvoeiros, ressaltou.

“ O desenvolvimento sustentável envolve desenvolvimento econômico, social, equidade social proteção ambiental, democracia e governança participativa. Para isso, precisamos de um desenvolvimento que observe e intervenha nas relações de produção, social, técnica operacional, de saúde e meio ambiente”, disse.

A 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora segue até esta quinta-feira (18), quando apresentará o texto final do encontro.

17/12/2014 - Rede Brasil Atual

## Conferência discute ações para dar mais qualidade aos locais de trabalho

Encontro em Brasília reúne 1,5 mil delegados que analisam propostas para reduzir acidentes e combater práticas como terceirização, assédio moral e precarização



Começou ontem (16), em Brasília, a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O encontro, realizado pela última vez em 2005, debate 24 temas considerados prioritários para melhorar a qualidade de vida nos locais de trabalho, como assédio moral, terceirização, racismo e segurança.

Para chegar até Brasília, os mil e quinhentos delegados da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tiveram que participar de mais de 199 conferências estaduais e macrorregionais. Todas as propostas do encontro serão analisadas durante quatro dias e transformadas em resoluções. O eixo principal do debate é a Política Nacional de Saúde do Trabalhador.

“A própria política, por si só, já demonstra que não estamos vivendo outro momento no país, no momento em que as autoridades, o governo, dá uma atenção, especialmente mais cuidadosa, à saúde do trabalhador no Brasil. Mas, tudo são iniciativas que precisam ser consolidadas, daí o motivo da nossa conferência ter como eixo principal a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”, falou Geordeci de Souza, coordenador geral da conferência, à equipe de reportagem

da TVT.

Em parceria com o governo federal, sindicatos, entidades da sociedade civil e representantes do Conselho Nacional de Saúde do Trabalhador querem transformar as resoluções em leis. A meta é garantir que o país elimine os principais problemas que atingem os trabalhadores, como terceirização, assédio moral e precarização. Outro foco é a redução drástica de acidentes do trabalho.

“Nós ainda somos o quarto país no mundo onde mais morrem trabalhadores em acidentes de trabalho. São quase 3 mil mortes por ano, então, esse é um ranking que não nos interessa. O Brasil tem que sair desse ranking o mais rápido possível”, alerta Geordeci.

O juiz do Tribunal Superior do Trabalho do interior de São Paulo, José Antonio Ribeiro de Oliveira Silva, Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, ressalta a importância da fiscalização sobre os empregadores. Para ele, a lei deveria ser aplicada automaticamente na punição de quem for pego em flagrante infringindo os direitos do trabalhador. A medida agilizaria aos tribunais.

“Os tribunais trabalhistas estão abarrotados. São milhares de processos, todos os anos. Os juízes têm feito o possível, servidores têm feito o possível, para dar vazão a essa quantidade absurda de processos, mas não temos ainda como diminuir os prazos de modo significativo para ter uma resposta mais efetiva, dado o número de juízes e servidores desproporcional ao número de processos que entram. É preciso que a gente consiga estabelecer mecanismos de identificação dessas doenças do trabalho, desses agravos à saúde, e também investigar as causas de tantos acidentes de transtorno de trabalho, pra que a gente possa então fazer um trabalho de prevenção nessa matéria”, afirma o juiz.





17/12/2014 - Portal Vermelho

## Pesquisa: 52% da população aprovam a maneira como Dilma governa

A confiança dos brasileiros na presidenta Dilma Rousseff cresceu e hoje atinge 51% dos entrevistados, ante os 45% registrados em setembro. O percentual da população que aprovou a maneira como Dilma governa o país atingiu 52%, quatro pontos percentuais acima dos 48% registrados na última pesquisa, divulgada na primeira quinzena de setembro.

Os dados são da pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e foram divulgados nesta quarta-feira (17). Foram entrevistadas 2.002 pessoas, em 142 municípios, entre os dias 5 e 8 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é dois pontos percentuais e o grau de confiança, 95%.

A aprovação do governo Dilma Rousseff voltou a crescer no último trimestre de 2014. Quarenta por cento dos brasileiros avaliaram o governo como ótimo ou bom, o que representa aumento de dois pontos percentuais ante os 38% registrados na pesquisa de setembro. O percentual dos entrevistados que consideram o governo regular caiu de 33%, em setembro, para 32% na divulgação de hoje e o dos que avaliavam como ruim ou péssimo baixou de 28% para 27% nos períodos avaliados.

Entre os principais pontos positivos do governo, os entrevistados citaram o combate à fome e à pobreza e os investimentos em programas sociais. Os pontos negativos destacados foram pouco investi-

mento em saúde e a falta de combate à corrupção.

Segundo o gerente-executivo da Unidade de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca, apesar de ter voltado a melhorar ao longo do último semestre, a popularidade da presidenta Dilma (composto pelos três principais indicadores da pesquisa) está abaixo dos resultados verificados durante os dois primeiros anos de governo, quando o percentual de aprovação da maneira de governar se manteve acima dos 60%, atingindo 79% em março de 2013. O pior resultado para Dilma foi registrado em junho de 2013, quando apenas 45% dos brasileiros aprovavam sua maneira de governar.

Para Fonseca, a melhora nos índices de aprovação no último semestre coincide com a última disputa eleitoral, o que sugere que o governo conseguiu convencer boa parte da população de suas qualidades, em detrimento de defeitos e denúncias, como as que envolvem o desvio de recursos da Petrobras.

“Aspectos positivos na área social vieram à tona muito fortemente durante a campanha eleitoral. Embora a população não esteja gostando de questões como saúde e corrupção e que 45% dos entrevistados lembrem das notícias sobre a Operação Lava Jato, a sociedade balanceou [as informações] e deu crédito ao que é mais importante na hora de avaliar o governo”, comentou Fonseca.



17/12/2014 - Rede Brasil Atual

## Concentração de renda no Brasil ainda é alta, mas diminui lentamente

**Parcela que detém os 10% de maiores rendimentos ainda concentra 42% do total. Décimo de menor renda fica com 1,2%**

A concentração de renda no Brasil segue elevada, mas vem diminuindo, ainda que em ritmo lento. Segundo a pesquisa divulgada hoje (17) pelo IBGE, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), as pessoas com os 10% dos maiores rendimentos concentravam 41,7% do total em 2013. Essa proporção era de 45,8% em 2004. Na outra ponta, aqueles com 10% dos menores rendimentos passaram de 1% para 1,2%.

Na divisão do instituto, por décimos de rendimentos, do primeiro ao oitavo houve ganho. O nono manteve-se relativamente estável (de 15,9% para 15,3%), enquanto o último, o de maior concentração, teve queda (de 9,8%), chegando aos 41,7%.

Os dados têm como fonte a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (Pnad).

Os rendimentos do trabalho, que representavam 76,4% do total em 2004, passaram para 77,2% no ano passado. Aposentadorias e pensões foram de 18,1% para 18,3%.

O índice de Gini, que mede a desigualdade, também teve melhoria no período pesquisado. De 0,555 em 2004 chegou a 0,501 – quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. Mas segue com variações regionais: o menor índice da distribuição de rendimentos mensais é da região Sul (0,458) e o maior, do Centro-Oeste (0,519). Vai a 0,483 no Sudeste, a 0,484 no Norte e a 0,509 no Nordeste.

17/12/2014 - Rede Brasil Atual

## Formalidade tem maior nível em dez anos, mas ainda com desigualdades

**De 95 milhões de ocupados em 2013, 55 milhões eram formais. Rendimento médio cresce. Jornada feminina, com trabalho doméstico, supera 56 horas semanais**

A pesquisa sobre indicadores sociais divulgada hoje (17) pelo IBGE mostra que o emprego formal atingiu o maior nível em dez anos, superando a metade da população ocupada. De um total estimado de 95,4 milhões de ocupados, 55,3 milhões tinham carteira assinada. O crescimento é de 47,8% em relação a 2004, praticamente 18 milhões de pessoas a mais. No mesmo intervalo, a quantidade de trabalhadores informais, ainda alta (40 milhões), caiu

10,1% (4,5 milhões a menos). O rendimento médio dos ocupados cresceu 43%, para R\$ 1.605. Mas os dados revelam desigualdades ainda persistentes.

Como na questão da jornada, por exemplo. Segundo o IBGE, 88% das mulheres ocupadas – 35,7 milhões, de um universo de 44,4 milhões – também tinham afazeres domésticos. Assim, cumpriam jornada semanal de 56,4 horas, 12 horas acima do período legal.



A disparidade entre rendimentos dos homens e das mulheres é maior no setor informal, correspondente a 65%. Em 2013, eles receberam R\$ 1.272, em média, e elas, R\$ 833. Nos trabalhos formais, o rendimento médio das mulheres (R\$ 1.614) corresponde a 75% do recebido pelos homens (R\$ 2.146).

O mercado formal também mostra desequilíbrio entre as regiões. No Brasil, 58% dos ocupados tinham carteira assinada no ano passado. Essa proporção variava de 39,7% no Nordeste e 40,2% no Norte a 67,8% no Sudeste, 67,4% no Sul e 61,3%

no Centro-Oeste.

Isso também se constata no caso dos rendimentos. Em 2013, aponta o IBGE, o rendimento médio dos ocupados em trabalhos informais (R\$ 1.093) correspondia a 57% do recebido pelos formais (R\$ 1.921).

O rendimento dos ocupados cresce conforme a escolaridade. No ano passado, quem tinha até quatro anos de estudo ganhava R\$ 7,10 por hora, em média. Para quem tinha 12 anos ou mais, esse valor se multiplicava por quatro, para R\$ 28,24.

17/12/2014 - Carta Maior

## Alunos mais pobres ampliam presença em universidades públicas

Segundo a pesquisadora Betina Fresneda, o aumento se deve aos programas de cotas, ao Prouni e ao aumento da renda e da escolaridade.



A participação dos 20% mais pobres da população brasileira na universidade pública aumentou quatro vezes entre 2004 e 2013, segundo a Síntese de Indicadores Sociais. De acordo com a pesquisa, esses alunos representavam 1,7% do total em 2004 e passaram a ser 7,2% em 2013.

Ao mesmo tempo, a participação dos 20% mais ricos caiu de 55% para 38,8% no período. O mesmo fenômeno ocorreu nas universidades privadas, onde a participação dos 20% mais ricos caiu de 68,9% para 43% enquanto a dos mais 20% pobres

cresceu de 1,3% para 3,7%.

“ Houve políticas de ampliação de vagas e outras como o ProUni [Programa Universidade para Todos] e as cotas, mas também houve aumentos da renda e da escolaridade média [do brasileiro]”, disse a pesquisadora do IBGE Betina Fresneda.

Houve ainda redução da distorção idade-série dos jovens de 15 a 17 anos, o que significa que um número maior de alunos está cursando a série adequada à sua idade, isto é, o ensino médio. Se em 2004 apenas 44,2% dos alunos dessa faixa etária estavam no ensino médio, em 2013 o percentual subiu para 55,2%.

Aqueles, nessa idade, que ainda estão no ensino fundamental caíram de 34,7% para 26,7% no período. O número de jovens que não estudam também diminuiu de 18,1% para 15,7%. “ Ainda há atraso, que é reflexo do problema que vem desde o ensino fundamental”, explica Betina.

Os alunos de 13 a 16 anos que ainda não estão frequentando a série adequada eram 41,4% em 2013, apesar de o número ter caído, já que em 2004, esse percentual chegava a 47,1%.